

Capacitação docente e a idéia de universidade

*Solange Maria Longhi**

Como surgiu a idéia de instalar o Plano de Capacitação Docente na UPF?

Os problemas relacionados à atualização e à qualificação do professor já estavam presentes quando vim para a UPF, há quase vinte e cinco anos, em 1978, para coordenar, junto à Reitoria, o Programa Institucional de Capacitação Docente, o que exigia a elaboração de um plano plurianual, atualizado anualmente.

Embora a UPF já participasse do programa desde 1975,¹ esse foi um dos primeiros planos institucionais de capacitação docente elaborado nos novos moldes que a Capes estava implantando,² chamado PICD. Anos mais tarde, a Capes acrescentou-lhe um “t” de capacitação de pessoal técnico, passando, então, a denominar-se PICDT até sua extinção, inclusive nas IES federais, em 2001. Porém, é necessário destacar que, desde 1998, as IES privadas já não mais puderam pleitear apoio financeiro através da modalidade de bolsas para docentes e

técnicos, com a finalidade de realizar cursos de doutorado e mestrado em outros centros do país e no exterior, como até então a elas vinha sendo oportunizado através de tais planos. As que já estavam concedidas foram mantidas até que os professores bolsistas cumprissem o período regulamentar de sua formação, o que se efetivou na data mencionada de sua extinção.

Essa minha primeira incumbência na UPF, ou seja, a elaboração do PICD, foi muito desafiadora. Devo destacar duas pessoas que muito contribuíram para que pudesse realizar a contento a incumbência: professora Zenite Paz Warken (que temporariamente respondia pelo PICD) e, especialmente, a professora Edy Zimmermann. Silva, a quem devo minha efetiva introdução na UPF. A professora Edy acumulava, dentre outras, a função de organizar os relatórios anuais da Fupf, o que lhe permitia amplo conhecimento institucional. Além de que, em decorrência de sua per-

sonalidade inquiridora e organizacional, desenvolveu um profundo conhecimento acerca da dinâmica institucional. A professora Edy forneceu todas as informações necessárias e partilhou das minhas indagações e anseios quando da elaboração das proposições que a nova função me exigia.

Além de estar chegando à instituição e precisar tomar conhecimento de sua organização, de sua estrutura, suas necessidades, suas possibilidades e suas potencialidades, havia contingências inesperadas. Poucas eram as pessoas na instituição portadoras de título de pós-graduação *stricto sensu*. Não chegávamos a vinte mestres; tínhamos alguns poucos doutores da própria UPF (João Patalon e Alécio Vidor) e outros doutores e livre-docentes de outras IES (federais) que atuavam na UPF de forma muito específica, contribuindo com o nome e o título. Os que possuíam tais títulos quase nem os mencionavam, pois isso gerava constrangimento entre os professores, considerando que a grande maioria não tinha idéia do que seria um mestre ou um doutor, qual sua função na estrutura de uma universidade e, em especial, na nossa em que a estrutura acadêmica estava fazendo ajustes em face da realidade do ensino superior no país e a pesquisa ainda era muito incipiente.

De modo geral, embora houvesse desejo dentre alguns professores de fazerem a experiência de estudar fora da UPF, as dificuldades logo se manifestaram em quase todas as unidades acadêmicas: deslocamento de professores radicados há mais tempo em Passo Fundo, com estrutura familiar diversificada, com exigências de dedicação completa ao estudo, precisando abdicar de outras atividades profissionais (consultórios, escritórios, empresas e mes-

mo docência em outras instituições), as quais representavam, efetivamente, seu sustento, considerando que a remuneração recebida na UPF, na época, era irrisória.

Em face do centralismo dos programas de pós-graduação em instituições federais, geralmente em capitais e, em especial, na região Sudeste (o que ainda continua ocorrendo), os aceitos nos cursos precisariam fixar residência em outras cidades, muitas vezes fora do estado. Diante dessas dificuldades, tornava-se quase impossível defender a idéia da importância do preparo acadêmico dos professores em cursos de pós-graduação *stricto sensu* para a vida pessoal e qualificação da ação docente na própria instituição.

Assim, o maior número dos participantes desses primeiros planos era recém-graduado, ainda sem vínculo com a instituição (alguns não cumprindo, posteriormente, seu compromisso de retorno à UPF), além de que quase todos não tinham experiência docente. O fato é que, para os que já eram docentes da própria instituição, tornava-se difícil conciliar a vida pessoal com o entendimento dessa capacitação como qualificação docente e preparação para a pesquisa. Em realidade, não havia sido, ainda, desenvolvida a visão de valorização desse nível de formação na estrutura da UPF como investimento. Isso seria um gasto excessivo para o professor e para a própria instituição. Entretanto, a proposta da Capes era avançada e acertada.

Não se pode negar que, para aquelas circunstâncias, a proposta desses cursos era exigente e sacrificada para ambos: instituição e docente! O mestrado ainda era mais aceito, porém sua continuidade em nível de doutorado era pouco cogitada. Assim, não havia expectativa, nem a médio prazo, quanto à formação de novos dou-

tores da própria instituição. Isso só ocorreu mais recentemente. Certamente, essa mudança relaciona-se a um fator interveniente que, bem como no *design* experimental, a meu ver, teve força de variável independente: o adicional de titulação de 25% para mestres e de 50% para doutores ao salário.

Que relações existem entre capacitação docente e o projeto de universidade?

Aproximando mais o foco dessa questão para a Faed como tal, há peculiaridades que precisam ser resgatadas. A Faed é fruto de uma das primeiras unidades constitutivas da UPF – a Faculdade de Filosofia, criada em 1957. Esta, em 1970, após o *PlanL* de Reestruturação da UPF em face da Reforma Universitária de 1968, desmembrou-se na Faculdade de Educação e nos institutos básicos – Ciências Exatas e Geociências, Ciências Biológicas e Filosofia e Ciências Humanas. Assim, não é de estranhar que ela também fosse uma das primeiras a se posicionar em relação à questão da capacitação docente alicerçada numa concepção de universidade que, desde o início da década de 1980, privilegiava a pesquisa como integrante das funções acadêmicas e a relação de interdependência entre ensino, pesquisa e extensão.

Vários documentos da Faed dessa década explicitam preocupações quanto à qualificação docente e à necessidade da ação da universidade contemplar não apenas a difusão, mas incentivar e oportunizar a produção do saber. Essa concepção encontra-se registrada em planos de ação anuais da Faed e em documentos como “A questão da formação de recursos humanos...” (1983). Porém,

o documento mais decisivo na perspectiva do tema foco dessa matéria, o Plano de Capacitação Docente da Faed/UPF – elaborado para o período 1985-1990 e aprovado pela Congregação em 1984 –, coadunava-se com a diretriz geral emanada da Vice-Reitoria Acadêmica de as unidades apresentarem planos prospectivos quanto à capacitação docente. Essa diretriz decorria do Plano de Ação de Pós-Graduação UPF 1982-1986,³ no bojo do qual se realizou, em 1984, o I Seminário Interno de Pós-Graduação da UPF.⁴ As conclusões indicavam a necessidade de ampliação dos recursos humanos titulados em nível *stricto sensu*. Para isso, as unidades precisavam planejar-se, sendo então solicitado que todas apresentassem seus planos.

O principal objetivo do plano da Faed consistia em programar a capacitação dos seus recursos humanos a fim de “[...] desenvolver um programa de ação adequado ao potencial conquistado nas experiências já realizadas e que possa ainda promover o seu contínuo crescimento” (p. 18 doc. ref.).

A posição da Faed quanto à qualificação dos seus docentes naquela época, considerando os percentuais gerais da UPF de então, já se diferenciava em relação a outras unidades. A unidade já contava, dentre seus docentes, com 21% de mestres, 6% de mestrandos, 50% de especialistas e 19% apenas graduados. Na UPF como um todo, o quadro era muito diferente: 62% eram apenas graduados; 32%, especialistas; 5%, mestres e 1%, doutor.

Entretanto, em face da concepção de universidade e da preocupação com a efetiva qualificação de suas ações, a Faed, sob a direção do padre Elli Benincá, apropriadamente, optou por propor esse plano e, sobretudo, na época adequada. Muitas unida-

des da UPF talvez se ressentam ainda hoje por não tê-lo feito em período anterior. Muito embora a UPF tenha custado a atender à demanda de professores, oferecendo-lhes o adequado apoio para a realização de cursos nesse nível, o plano era o documento que lembrava essa intenção. Um plano significa projeção; obriga a unidade a definir suas metas e a visualizar seu futuro. Quando, há quase vinte anos, a congregação da Faed decidiu sonhar com base em seus princípios e concepção de universidade como agência educativa e científica, certamente não tinha clareza de tudo o que se exige dela como uma unidade da nossa universidade, mas esse foi um dos fatores que lhe permite, na atualidade, contribuir, decisivamente, para a compreensão da UPF como universidade.

O plano inicial foi refeito várias vezes, o que permitiu que hoje a Faed tenha um corpo de doutores que assegura a pesquisa e o ensino em nível de mestrado, preparando-se, de forma bastante incisiva, para sua consolidação como programa, através da instalação do doutorado. Além disso, o corpo de professores com mestrado e doutorado, em constante e necessária ampliação, permite que os 15 grupos de pesquisa da Faed, cadastrados na versão 5.0 do CNPq, concretizem linhas de pesquisa efetivamente prioritárias para o desenvolvimento da educação local e regional.

A primeira grande linha de pesquisa⁵ – “Fundamentos da educação na perspectiva da formação do educador” – engloba estudos acerca de políticas e gerenciamento de sistemas educacionais; educação superior e trajetória acadêmica de professores e alunos. A linha de pesquisa “Formação do professor da

educação básica” abarca estudos envolvendo educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação especial, prática pedagógica, projeto político-pedagógico, processo ensino-aprendizagem, materiais didáticos e multimeios. “Educação, trabalho e formação tecnológica” realiza estudos sobre educação popular e cultura, formação profissional, educação e corporeidade, tecnologia educacional. “Educação permanente e a distância” trata de temas vinculados à educação gerontológica, educação de jovens e adultos, educação a distância. Tal diversidade articulada é, sem dúvida, decorrência da qualificação e do esforço permanente de atualização do corpo docente.

Refletindo acerca dessa retrospectiva, fica nítido que o processo de capacitação docente é lento, cumulativo, precisa de acompanhamento sistemático, mas, sobretudo, requer motivação intrínseca dos envolvidos, isto é, dos próprios indivíduos e da instituição. Essa motivação adquire corpo quando alicerçada numa idéia de universidade.

Notas

¹ Em 1978, quando ingressei como professora na UPF, estava em realização, com o apoio da Capes, um plano integrado do DGE 38 (Programa de Capacitação de Recursos Humanos), que congregava a capacitação docente nas IES que o constituíam: antiga Fidene (hoje Unijuí); Fundames, Fesaw e Fapes (reunidas hoje na URI); IEDB de Santa Rosa (que se manteve como tal); Aprocruz (hoje Unicruz) e a própria UPF.

² Havia farto e complexo material orientando a elaboração dos referidos planos. Recebíamos treinamento para tal junto ao órgão em Brasília, e ainda eram realizados encontros descentralizados em cidades onde se localizavam as universidades federais, geralmente capitais como Curitiba e Porto Alegre.

³ Tenho bem presente esse processo pelo fato de responder pela Coordenadoria de Pós-Graduação da UPF durante a gestão do professor Agostinho Both à testa da VRAcadêmica. Data desse período a instalação da primeira Comissão de Pós-Graduação da UPF.

⁴ O relatório da Fupf do ano de 1984 faz um relato breve, mas bastante completo, desse seminário. No ano anterior já havia sido realizado o I Seminário Interno de Pesquisa da UPF relatado no n. 10 dos Cadernos UPF, 1983.

⁵ Em 2001 a Faed estabeleceu como linhas de pesquisa da universidade as quatro mencionadas no texto, porém as mesmas estão, ainda, em processo de revisão.